

SIPS

Sistema de Indicadores de Percepção Social



Educação

28 de fevereiro de 2011

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) atua como importante agente no cenário das políticas públicas. O Instituto assume o compromisso de articular e disseminar estudos e pesquisas, subsidiar a elaboração de planos, políticas e programas governamentais, assessorar processos decisórios de instituições governamentais, além de cooperar com governos e entidades internacionais no seu campo de atuação. Apesar do imenso leque de ações voltadas para a elaboração de estudos sobre cenários, o **Ipea** tem pouca tradição na formulação de dados primários.

O trabalho atual, portanto, possui como benefício direto o aprimoramento das funções do Instituto dentro da sociedade civil, tornando-se um produtor de dados primários em nichos específicos de atuação. Esse novo ramo de atividade garantirá visibilidade e respaldo ao **Ipea**, concedendo-lhe maior participação no ciclo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas do País.

Esta pesquisa configura um sistema de indicadores sociais para verificação de como a população avalia os serviços de utilidade pública e o grau de importância deles para a sociedade. Logo, permitirá ao Estado atuar de maneira mais eficaz e em pontos específicos da complexa cultura e demanda da população brasileira.

O *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* tem como finalidade servir um quadro de dados sobre a percepção da população nas seguintes questões: i) justiça; ii) cultura; iii) segurança pública; iv) serviços para mulheres e de cuidados das crianças, v) bancos; vi) mobilidade urbana; vii) saúde; viii) educação; e; ix) qualificação para o trabalho. Logo, as análises dos dados servirão como arcabouço pragmático para otimizar a eficácia e a eficiência dos investimentos públicos diante dos serviços direcionados a estes fins.

A pesquisa servirá tanto como indicador essencial para o setor público estruturar da melhor maneira suas ações, como também uma forma de a sociedade civil entender o que de fato se configura como de interesse comum e quais os fatores mais requisitados ao Estado.

Introdução¹

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) desenvolveu o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) com o objetivo de captar a opinião e a avaliação da população brasileira sobre políticas e serviços públicos em diversas áreas, como saúde, cultura, trabalho, justiça, segurança pública e mobilidade urbana, entre outras.

A presente edição se destina a mostrar os resultados do SIPS para a área de educação. Para tanto, buscou-se captar a percepção atual da população em relação à educação pública de forma geral e a opinião sobre algumas ações públicas de educação, entendidas como importantes para uma educação de qualidade. São elas: os Conselhos Escolares, o Programa do Livro Didático e o Programa da Merenda Escolar. As três ações específicas são consideradas fundamentais para a garantia de permanência das crianças na escola, para a qualificação do aprendizado e para o apoio à gestão escolar. Em relação ao ensino superior, o SIPS captou a opinião da população sobre o Programa Universidade para Todos, o ProUni.

A construção de indicadores de percepção da população sobre as políticas e serviços públicos é uma forma útil aos gestores governamentais na busca pelo aprimoramento das ações do Estado, especialmente na fase de monitoramento de políticas em implementação, a fim de proporcionar maior eficácia e eficiência aos investimentos públicos.

No caso específico da educação, foi aplicado um questionário com 21 questões objetivas, para 2.773 pessoas nas suas residências, em todo o Brasil, no período de 3 a 19 de novembro de 2010. A amostra foi definida por cotas, tendo como parâmetro a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os entrevistados responderam a perguntas sobre a qualidade da educação pública no Brasil, independentemente de freqüentarem a escola ou serem responsáveis por alunos. Já as questões específicas sobre os programas da Merenda Escolar e Livro Didático e sobre os Conselhos Escolares se limitaram a captar a opinião de quem se declarou conhecedor do programa específico, seja como pai, mãe ou responsável pelo aluno; como servidor de escola

¹ Este estudo contou com a participação de Jorge Abrahão de Castro, Eduardo Luiz Zen e Paulo Corbucci e com os comentários de Luciana Mendes Santos Servo.

beneficiada; ou como conhecedor do programa por outro meio. No caso do ProUni, as perguntas também se limitaram a quem se declarou conhecedor do Programa, seja como bolsista; como parente ou conhecido de quem é bolsista; ou, ainda, como conhecedor do ProUni por outro meio.

Apesar de o questionário aplicado ter solicitado resposta sobre a forma de conhecimento do programa específico estudado, a metodologia da amostra não permite fazer inferências por esses subgrupos, já que buscou captar a opinião da população como um todo, representativa de cada região do território nacional, além de diferenças por escolaridade, sexo, etnia, estado civil e renda. Por essa razão, a análise feita nesta edição não levará em conta a opinião isolada de grupos a partir de diferentes formas de conhecimento dos programas e sim a opinião dos respondentes.

Os resultados aqui apresentados são uma análise inicial dos dados coletados. O próprio nível de informação de interesse na área de educação será aprimorado e ampliado nas próximas edições do SIPS.

1. A população brasileira percebe que a educação pública melhorou

Sistemas de avaliação do ensino têm apontado uma evolução positiva na qualidade da educação no Brasil. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado a cada dois anos pelo Ministério da Educação (MEC), tem mostrado uma melhora na qualidade da educação nos níveis de ensino avaliados. Numa escala de zero a dez, o IDEB evoluiu, entre 2007 para 2009, de 4,2 para 4,6 em relação aos anos iniciais do ensino fundamental; de 3,8 para 4,0 em relação aos anos finais do ensino fundamental; e de 3,5 para 3,6 em relação ao ensino médio. O IDEB mede basicamente aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática.

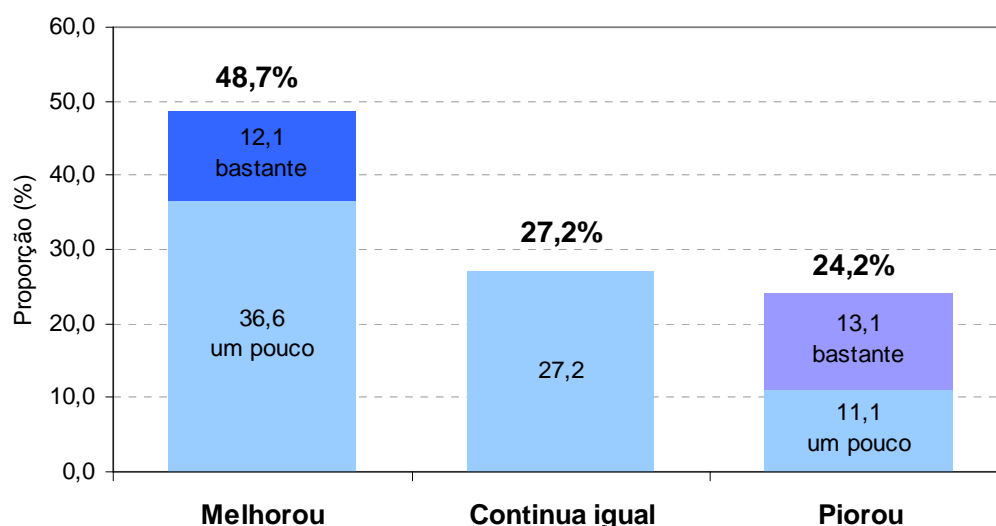
Outro estudo divulgado recentemente que apresentou evolução positiva foi o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apesar de a pontuação do Brasil ainda estar bem abaixo da média dos países pesquisados², o relatório 2009 do Pisa mostrou que o Brasil foi um dos que mais evoluíram ao longo da última década. No ano de 2000, o Brasil tinha 368 pontos no Pisa e, em 2009, chegou a 401, uma diferença positiva de 33 pontos. Entre os países avaliados, essa evolução só foi superada no

² A pontuação de 2009 do Pisa coloca o Brasil na 53ª posição no *ranking*, em uma avaliação de 65 países.

mesmo período pela diferença apresentada nas pontuações do Chile, equivalente a 37 pontos, e de Luxemburgo, de 38 pontos. Os resultados do Pisa são medidos a partir da aplicação de provas de leitura, matemática e ciências aos alunos.

Os resultados do SIPS sobre a educação pública no Brasil parecem acompanhar a evolução dos índices do IDEB e do Pisa. De modo geral, a percepção de 48,7% dos entrevistados é de que a educação pública melhorou. Para 27,2%, não houve mudanças e 24,2% acreditam que a educação pública piorou. Apenas 12,1% acham que a educação melhorou bastante. Por outro lado, aqueles que acham que piorou bastante são apenas 13,1% (gráfico 1)³.

Gráfico 1: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública. Brasil, 2010

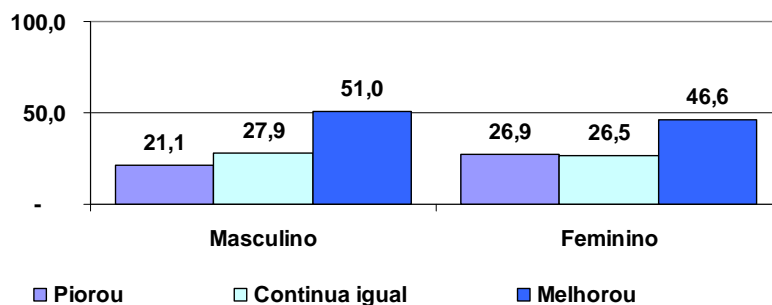


Fonte: Sips/Ipea

Na análise pelos recortes analíticos propostos na pesquisa, foram identificadas diferenças significativas. Ao considerar o sexo dos entrevistados, a pesquisa revelou que as mulheres são mais críticas que os homens sobre a situação da educação pública (gráfico 2).

³ As proporções utilizadas em todos os gráficos deste estudo referem-se somente aos que responderam à questão específica. Os demais dados descritos no texto e não representados por gráficos, consideram na proporção calculada as alternativas não sabe (NS) e não respondeu (NR).

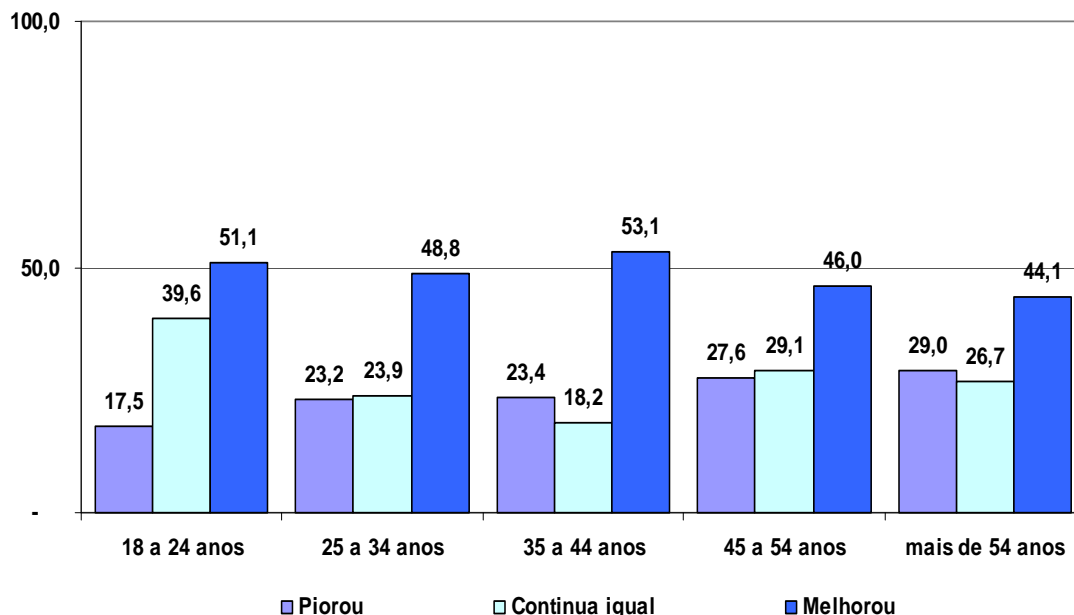
Gráfico 2: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo sexo. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Em relação à faixa etária dos entrevistados, os mais velhos foram os que apresentaram a menor proporção de respostas positivas, ou seja, que a educação melhorou (44,1%). Para aqueles na faixa de 35 a 44 anos, as avaliações positivas alcançaram 53,1%. Por outro lado, os jovens de 18 a 24 anos se revelaram como o grupo com a menor proporção de respostas negativas (piorou), apenas 17,5%, ao passo que na faixa de 55 anos ou mais a taxa ficou em 29 % (gráfico 3).

Gráfico 3: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo faixa etária. Brasil, 2010



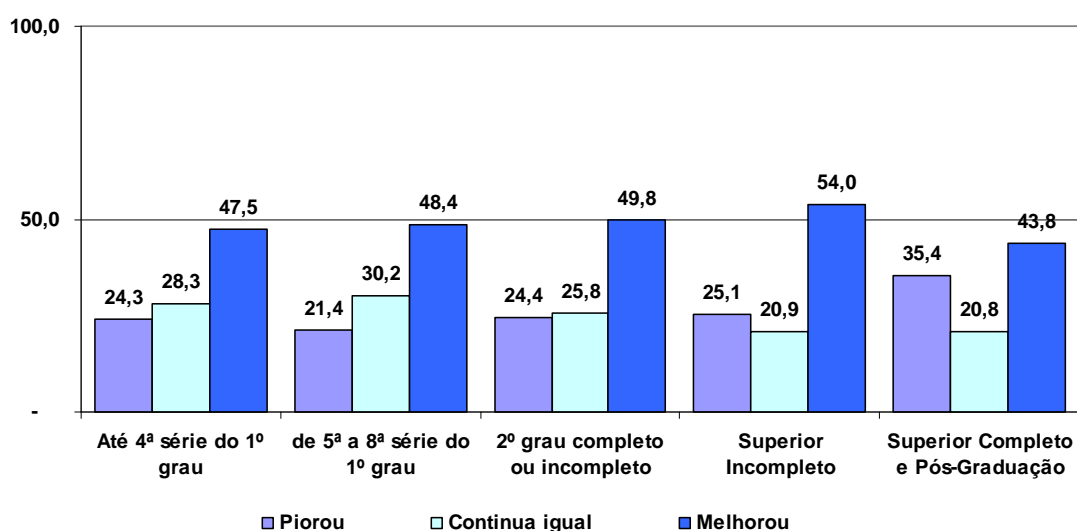
Fonte: Sips/Ipea

As avaliações mais positivas por parte de jovens podem estar associadas à ampliação do acesso à educação básica, ocorrida nas últimas duas décadas, assim como

à ampliação do acesso à educação superior, por meio de programas como o ProUni, e à implementação de ações afirmativas, a exemplo das cotas para ingresso na educação superior.

A percepção dos entrevistados, quando desagregada pelo nível de escolaridade, também revelou diferenças significativas, principalmente em relação às respostas negativas. Neste caso, verifica-se que 35,4% dos respondentes com nível superior completo ou pós-graduação afirmaram que a educação havia piorado, contra somente 21,4% daqueles com escolaridade de 5ª à 8ª série. Por outro lado, 54% dos entrevistados com curso superior incompleto consideraram que a educação teria melhorado, mas somente 43,8% dos que tinham nível superior ou pós-graduação compartilharam desse entendimento (gráfico 4).

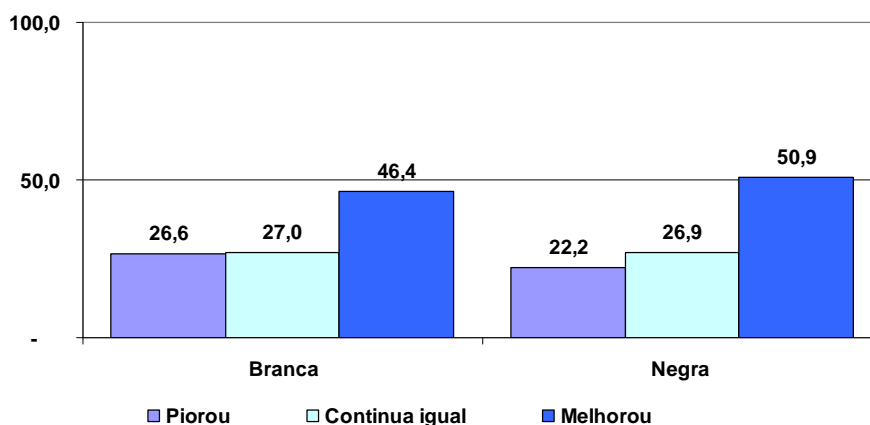
Gráfico 4: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo níveis de escolaridade. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Com relação ao quesito cor ou raça dos entrevistados, constataram-se avaliações mais favoráveis entre pretos e pardos, quando comparadas às dos brancos. Isso foi verificado tanto na proporção de respostas negativas (piorou), quanto na de respostas positivas. No primeiro caso, 50,9% dos entrevistados pretos e pardos consideraram que a educação havia melhorado, enquanto avaliação feita por 46,4% dos entrevistados que se autodeclararam brancos (gráfico 5).

Gráfico 5: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo cor ou raça. Brasil, 2010

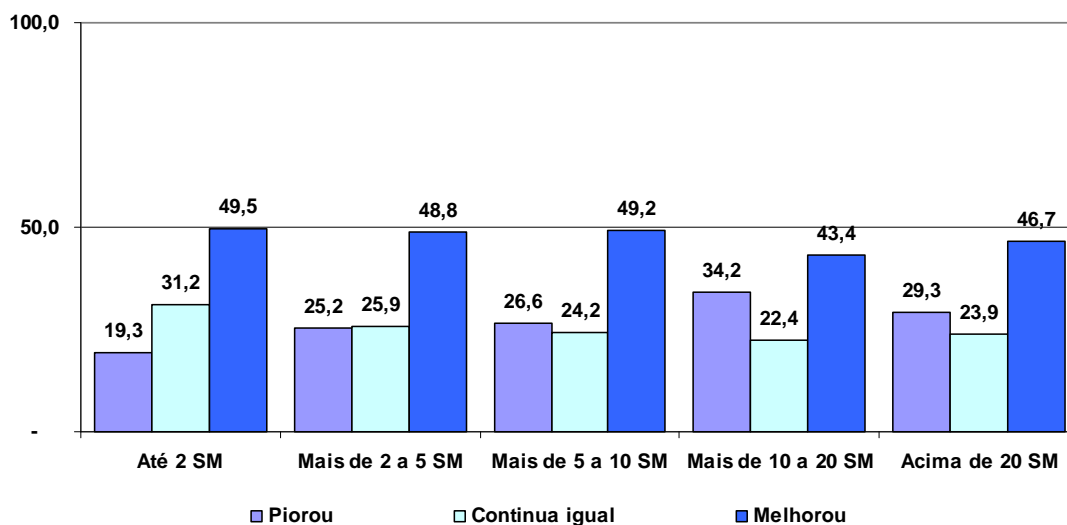


Fonte: Sips/Ipea.

Nota: Foram excluídos da análise os entrevistados que declararam sua cor ou raça como amarela e como indígena, visto que o número de respondentes foi muito pequeno (abaixo de 40 entrevistados).

Quando a análise considera o nível de renda dos entrevistados, observam-se diferenças nas respostas, especialmente as negativas. O gráfico 6 mostra que apenas 19,3% dos entrevistados com renda de até dois salários mínimos (SM) consideraram que a educação havia piorado, entendimento compartilhado por cerca de um terço (34,2%) dos entrevistados com renda acima de 10 SM a 20 SM. Este segmento também apresentou a menor proporção de avaliações positivas (43,4%).

Gráfico 6: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo níveis de renda. Brasil, 2010



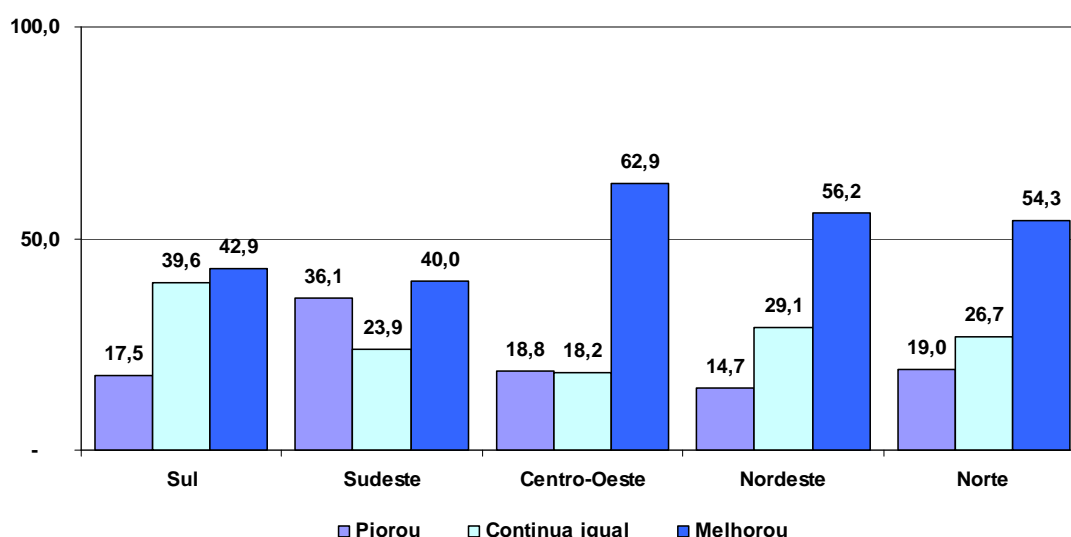
Fonte: Sips/Ipea

Os grupos de menor renda e escolaridade, assim como pretos e pardos evidenciaram percepções mais favoráveis em relação à situação da educação pública, visto que tiveram menor proporção de respostas negativas e maior incidência de respostas positivas. É possível que tais percepções, assim como a opinião dos mais jovens, também estejam relacionadas com a ampliação do acesso à educação formal, que resultou em significativa redução das desigualdades educacionais.

2. Regiões Sudeste e Sul veem menores melhoras na educação

Quando se desagregam os dados pelas grandes regiões brasileiras, verifica-se que o maior índice de percepção positiva foi registrado no Centro-Oeste, enquanto o menor coube ao Sudeste, conforme mostra o gráfico 7.

Gráfico 7: Proporção (%) da opinião dos entrevistados sobre a educação pública, segundo regiões, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Chama a atenção a elevada proporção de respondentes que afirmaram que a educação na região Sudeste piorou: 36,1%. O maior índice de percepção de melhora na educação no Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte, e o menor índice no Sul e no Sudeste podem ser uma evidência de que foram ampliados os investimentos nas três primeiras regiões, já que é justamente lá onde se encontram os piores indicadores educacionais do País.

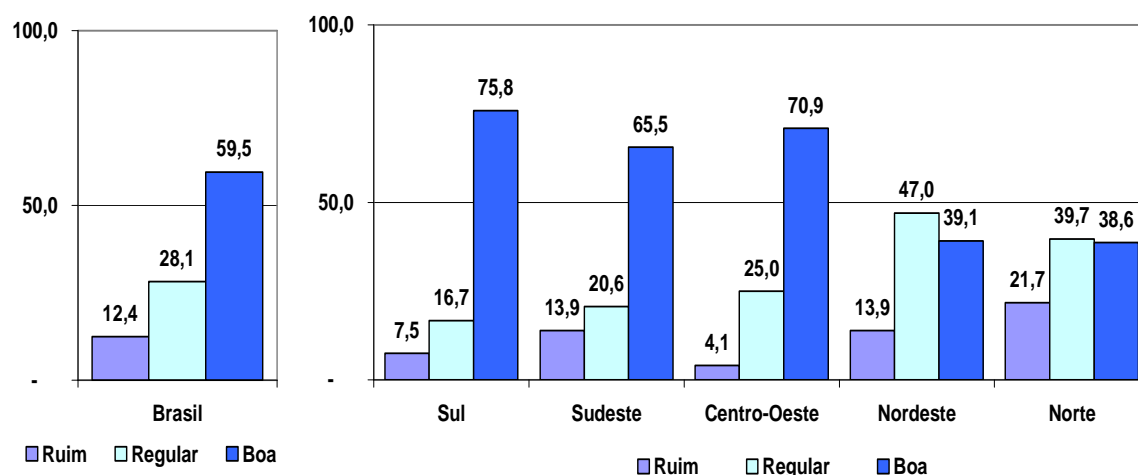
A percepção da população é corroborada, em parte, pelos números do IDEB, que apontam as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte como as que mais tiveram evolução

positiva na educação, talvez por partirem de um patamar mais baixo. De 2005 a 2009, a média de evolução do IDEB relativo aos primeiros anos do ensino fundamental foi de 26% nos estados do Centro-Oeste, 37% nos estados do Nordeste e 22% nos estados do Norte. Já no Sul, a média de evolução percentual do IDEB para essa faixa foi de apenas 15% e, para o Sudeste, de 19%.

3. Entrevistados do Norte e Nordeste reclamam da qualidade e quantidade dos alimentos servidos na merenda escolar

Os dados que apresentam maior relevância na análise na percepção da população sobre a merenda escolar ⁴ são aqueles relativos à qualidade e à quantidade dos alimentos servidos aos alunos. De modo geral, a qualidade das refeições foi avaliada positivamente (como boa ou muito boa) por 59,5% dos respondentes. Em torno de 28,1% acham a qualidade dos alimentos regular e 12,4% a consideraram ruim ou muito ruim. Apesar da avaliação positiva, há diferenças significativas de avaliação se consideradas as grandes regiões brasileiras, conforme mostra o gráfico 8.

Gráfico 8: Proporção (%) das opiniões dos entrevistados a respeito da qualidade dos alimentos servidos na merenda escolar. Brasil e regiões, 2010



Fonte: Sips/Ipea

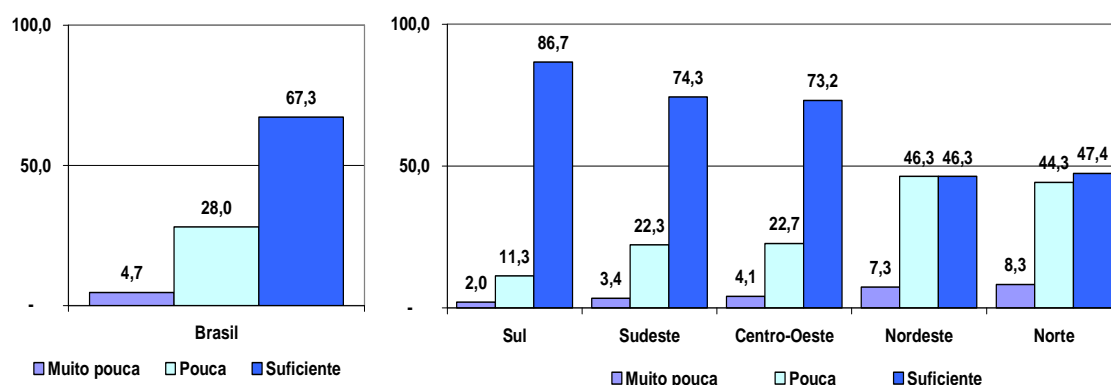
Os dados revelam que a avaliação da população do Sul, do Centro-Oeste e do Sudeste sobre a qualidade da merenda escolar servida aos alunos está acima da média nacional, com percepção de qualidade boa atingindo respectivamente 75,8%, 70,9% e

⁴ Em torno de 58% do total de entrevistados afirmaram conhecer o Programa de Merenda Escolar e responderam as questões relacionadas.

65,5%. Já no Norte e no Nordeste, o índice de avaliação positiva é de apenas 39,1% e 38,6%, respectivamente. Nessas duas regiões, a resposta mais significativa foi a que considerou regular a qualidade da merenda, opinião de 39,7% e 47% dos respondentes, respectivamente. Chama atenção a proporção de respondentes que avaliaram como ruim a qualidade da merenda servida aos alunos no Norte do Brasil: 21,7%.

Os entrevistados também foram questionados sobre a quantidade de alimentos oferecida e, novamente, observam-se diferentes percepções de acordo com as regiões do Brasil, conforme o gráfico 9:

Gráfico 9: Proporção (%) das opiniões dos entrevistados quanto à quantidade dos alimentos servidos na merenda escolar. Brasil e regiões, 2010



Fonte: Sips/Ipea

No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, a maioria absoluta dos respondentes avaliaram como suficiente a quantidade de alimentos servidos na merenda escolar. Já no Norte e no Nordeste, este índice foi de apenas 47,4% e 46,3%, respectivamente. Já os que consideram pouca a quantidade de alimentos servidos aos alunos somaram 11,3% no Sul do Brasil, 22,3% no Sudeste e 22,7% no Centro-Oeste. No Norte e no Nordeste, o índice é bem maior, com mais de 50% dos respondentes com a percepção que a quantidade de alimentos servida nas escolas é pouca ou muito pouca.

Outra questão avaliada em relação à merenda escolar foi a percepção da população quanto ao efeito do programa no rendimento escolar dos alunos. Em geral, o efeito do Programa da Merenda Escolar não teve avaliação tão satisfatória, pois menos de 43% reconheceram que o efeito do programa pode ser considerado bom ou muito bom, enquanto cerca de 17% o consideraram ruim para o rendimento dos alunos.

Quando se analisam as respostas segundo as categorias selecionadas, verifica-se maior discrepância entre homens e mulheres. Enquanto 46% das mulheres atribuíram conceito bom, os homens com essa opinião somaram pouco menos de 38%. A proporção de avaliações positivas é maior entre os entrevistados com escolaridade até a 8ª série (44,5%), do que entre os formados em nível superior ou pós-graduação (38%). Tendência ainda mais acentuada foi delineada em função da renda do respondente. Enquanto 46% das pessoas com renda de até 2 SM consideraram que o programa tem efeito bom ou muito bom sobre o rendimento do aluno, apenas 34% dos respondentes na faixa com renda acima de 20 SM tiveram percepção semelhante. As diferenças observadas nas variáveis renda e escolaridade parecem indicar que os grupos com maior carência e dificuldades sociais dão mais importância ao papel da merenda escolar no desempenho dos alunos, se comparados aos grupos sociais de maior poder aquisitivo e escolaridade.

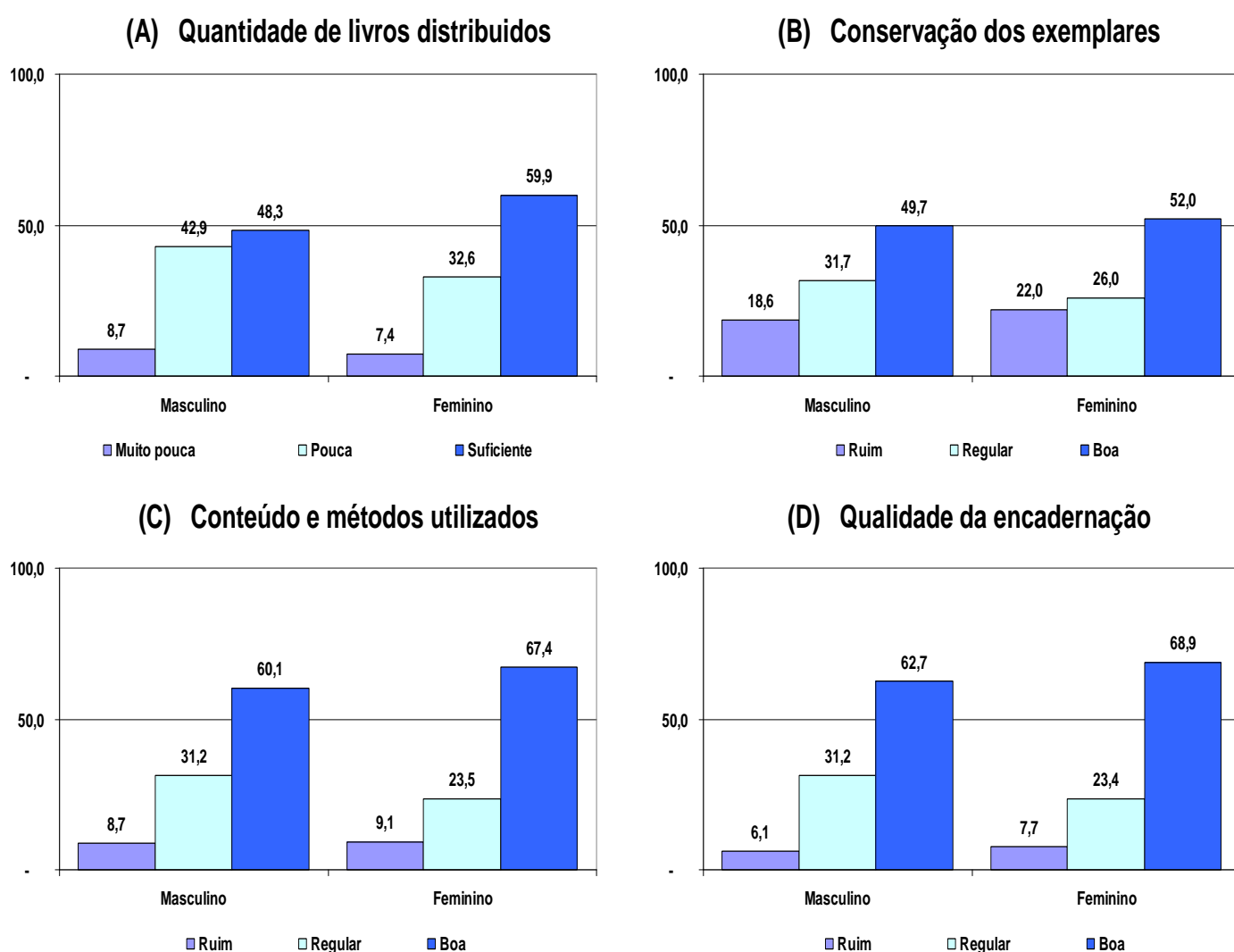
Com relação ao futuro do Programa da Merenda Escolar, é inequívoca a predominância do entendimento de que este deva ser ampliado, uma vez que 66% dos respondentes optaram por essa alternativa. Outros 32% entendem que o programa deveria ser mantido.

4. Programa do Livro Didático é bem avaliado pelos entrevistados

Na última década, o Brasil alcançou a universalização do atendimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os alunos matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental e de ensino médio do País. Até 2002, só os alunos do ensino fundamental recebiam os livros didáticos. A partir de então, o programa foi ampliado gradativamente, passando a atender os alunos do ensino médio. Em 2008, chegou aos alunos do Programa Brasil Alfabetizado, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e, a partir de 2009, está em implantação o PNLD-EJA que visa atender todos os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Esses avanços recentes parecem se refletir na percepção dos entrevistados⁵ que dizem conhecer o Programa do Livro Didático, com predominância absoluta de percepções positivas em relação aos itens avaliados. O SIPS investigou a percepção da população sobre a quantidade de livros didáticos distribuídos, o estado de conservação dos exemplares, os conteúdos e métodos utilizados e a qualidade da encadernação e impressão gráfica. Os resultados estão no gráfico 10.

Gráfico 10: Proporção (%) das opiniões dos entrevistados quanto à quantidade (A), à conservação (B), aos conteúdos (C) e à qualidade da encadernação e impressão gráfica (D) dos livros didáticos, segundo sexo. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

⁵ Em torno de 68% do total de entrevistados afirmaram não conhecer o Programa do Livro Didático. Neste grupo, destacam-se as pessoas que tem até a 4ª série do ensino fundamental e as pessoas com 55 anos ou mais de idade. Em ambas as categorias, mais de 80% responderam que não conhecem o programa.

Todas as questões tiveram predominância de percepções positivas sobre os itens pesquisados. Apenas na pergunta sobre a quantidade de livros distribuídos, houve um número expressivo, cerca de 45%, que considerou pouca ou muito pouca, sendo que os homens são mais críticos. Na questão sobre o estado de conservação dos exemplares, também foi expressivo o número de respostas que o consideraram apenas regular (31,7%, homens) e ruim (22%, mulheres).

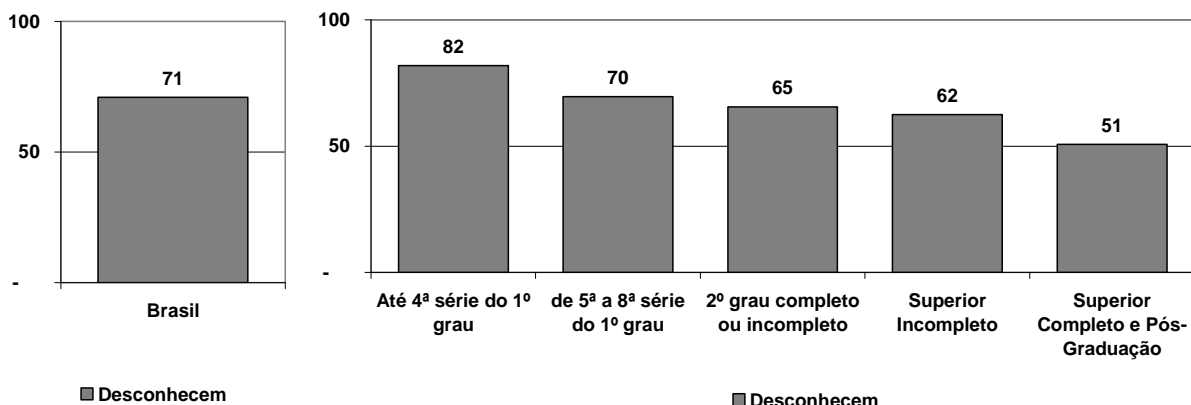
Além das questões acima, também foi perguntado sobre o futuro do programa. Neste caso, cerca de 64% opinaram que deveria ser ampliado, enquanto outros 34% responderam que deveria ser mantido. Somente em relação à variável idade houve discrepância significativa entre a primeira e a última faixa etária. No primeiro caso, 75% afirmaram que o programa deveria ser ampliado, contra apenas 46% do grupo com 55 anos ou mais de idade.

5. Maioria dos entrevistados desconhece existência dos Conselhos Escolares

Os conselhos escolares são constituídos por representantes de pais, estudantes, professores, demais servidores da escola e membros da comunidade local. Cabe ao órgão acompanhar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. A implantação de conselhos escolares é uma das metas do Plano Nacional de Educação e visa cumprir a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes de Base da Educação, que preconizam uma gestão democrática do ensino. Seu perfeito funcionamento é visto como importante para assegurar a qualidade do ensino, já que os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) têm mostrado um desempenho médio melhor dos alunos matriculados em escolas que contam com conselhos escolares, em relação ao de alunos matriculados em escolas sem conselhos.

Apesar dessa importância, o Sips revelou que 71% da população brasileira desconhece a existência dos conselhos escolares. O desconhecimento é maior entre pessoas de 55 anos ou mais e entre aqueles com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, em ambos os casos, acima de 80%. Em seguida, aparecem os respondentes com renda de até 2 SM, com 76% do total. O gráfico 11 mostra os índices segundo a escolaridade dos entrevistados da pesquisa.

Gráfico 11: Proporção (%) da população que desconhece a existência de Conselhos Escolares, segundo níveis de escolaridade. Brasil, 2010

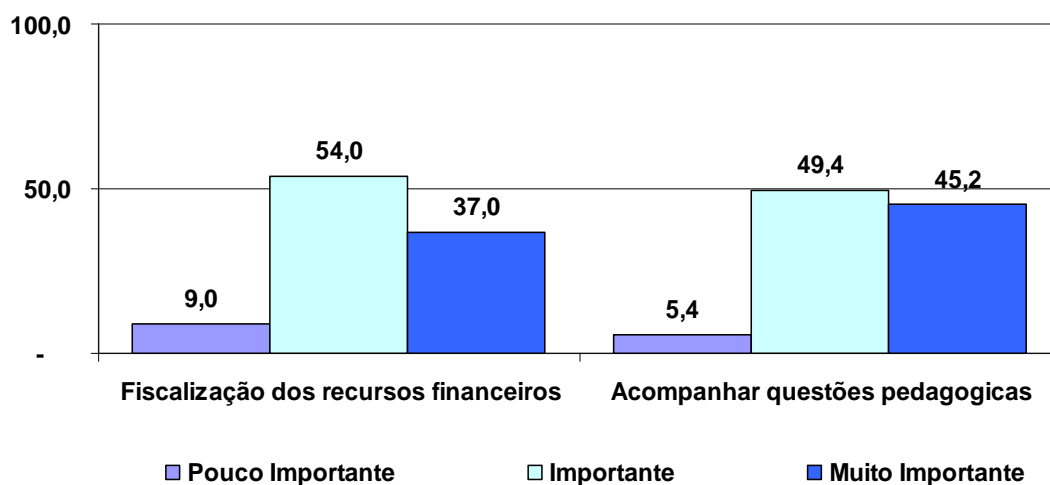


Fonte: Sips/Ipea

A despeito de existirem outras modalidades, não abordadas pelo Sips, de participação dos pais e da comunidade na vida escolar, o baixo conhecimento sobre os conselhos escolares parece indicar duas hipóteses que demandariam maior investigação. A primeira é que há baixa participação dos pais e da comunidade na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas. De fato, o elevado grau de desconhecimento da população acerca da existência dessa instância da gestão escolar corrobora depoimentos sobre as dificuldades encontradas pelas escolas para viabilizar uma gestão mais democrática e participativa, mediante o engajamento de pais e responsáveis. A segunda hipótese, por outro lado, é de que pode haver a resistência de algumas escolas para criar, manter, fortalecer ou dar relevância prática aos conselhos escolares. Uma ou outra hipótese sendo verdadeira, haveria claramente prejuízos à busca de maior qualidade na educação.

Apesar de os conselhos apresentarem baixa visibilidade social, 91% daqueles que afirmaram saber da existência deles reconhecem que são importantes ou muito importantes para a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros da escola. Tendência semelhante e ainda mais acentuada foi identificada em relação ao acompanhamento das questões pedagógicas pelos conselhos escolares. Nesse caso, cerca de 94% consideraram esta função importante ou muito importante (gráfico 12).

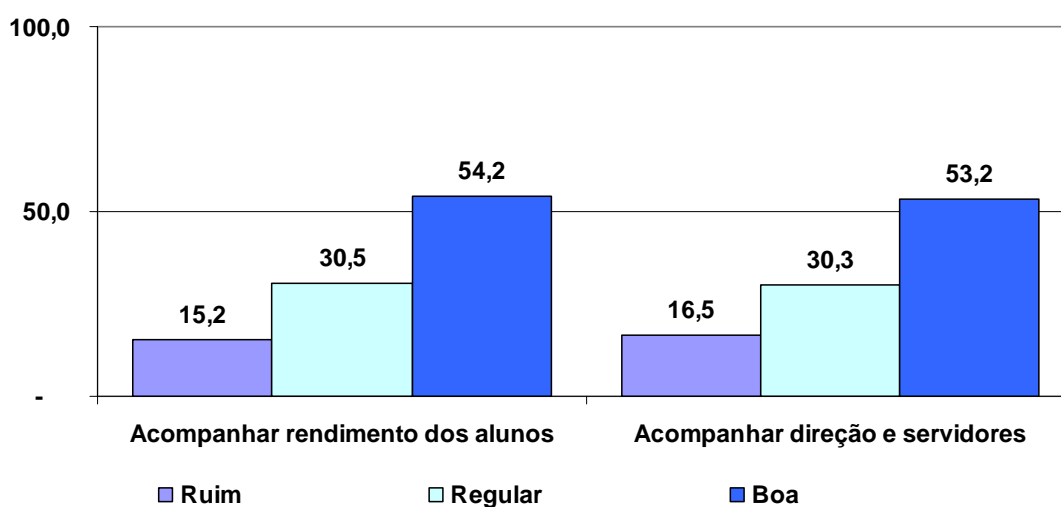
Gráfico 12: Proporção (%) das opiniões dos entrevistados quanto à atuação dos conselhos escolares na fiscalização da aplicação de recursos financeiros e no acompanhamento das questões pedagógicas. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Em relação à função de acompanhar o rendimento escolar dos alunos, houve menor aprovação por parte dos respondentes. Dos entrevistados, 54,2% consideraram que o desempenho desta função tem sido bom, ao passo que 30,5% afirmaram ser regular, e 15,2% consideraram ruim (gráfico 13).

Gráfico 13: Proporção (%) da opinião dos entrevistados quanto à atuação dos conselhos escolares no acompanhamento do rendimento dos alunos e da atuação da direção e de servidores. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

O fraco vínculo que os respondentes observam em relação à contribuição dos conselhos escolares para o rendimento dos alunos pode ser explicado pela baixa percepção da ligação direta que há entre a boa gestão da escola e o rendimento particular de cada aluno. Pode significar também que os conselhos escolares têm se dedicado mais à gestão administrativa e financeira da escola, e menos as ações de acompanhamento dos estudantes, como a frequência e o combate à evasão escolar, por exemplo.

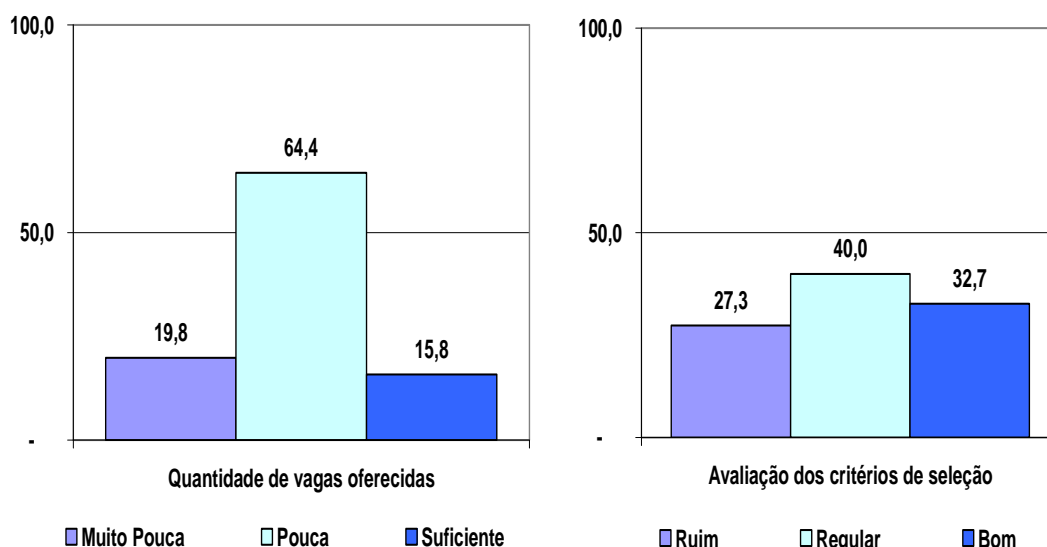
A última questão relativa aos conselhos escolares versou sobre o seu papel no acompanhamento da atuação da direção e dos demais servidores da escola. A distribuição dos respondentes foi similar à do item anterior, com 53,2% de avaliações positivas.. Em seguida, com 30,3%, aparecem os que optaram pelo conceito regular e, por fim, 16,5% declararam que essa atuação era ruim.

6. Maioria pede ampliação do ProUni, mas não quer expandir as isenções de impostos das instituições de ensino privadas

Dentre os programas específicos na área de educação abordados pelo Sips, o Programa Universidade para Todos (ProUni) apresentou a maior visibilidade social, com 61% dos entrevistados afirmando conhecê-lo. É provável que o maior conhecimento da população em relação ao ProUni esteja relacionado à contínua exposição desse programa pela mídia, em especial pela televisão, já que é um dos carros-chefe da política educacional do governo brasileiro (atual e anterior). De fato, 80% dos que afirmaram conhecer o programa não eram bolsistas nem parentes ou amigos de alunos beneficiados pelo programa.

A primeira pergunta sobre o ProUni foi sobre o número de vagas disponíveis. Verificou-se que houve preponderância das respostas que consideram a quantidade de vagas ofertadas insuficiente (muito pouca e pouca), 84,2% do total. Outros 15,8% avaliaram como sendo suficiente (boa) (gráfico 14).

Gráfico 14: Proporção (%) da opinião dos entrevistados quanto à quantidade de vagas oferecidas e à avaliação dos critérios de seleção do ProUni. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Cabe ressaltar que, quando a análise considera a faixa etária do entrevistado, apenas aqueles com 55 anos ou mais apresentaram diferenças significativas em sua avaliação: 68% dos entrevistados nessa faixa etária consideraram o número de vagas ofertadas insuficiente. Outro destaque refere-se à variável renda: 67% dos entrevistados com renda acima de 20 SM tiveram posicionamento semelhante ao dos entrevistados com idade superior a 55 anos.

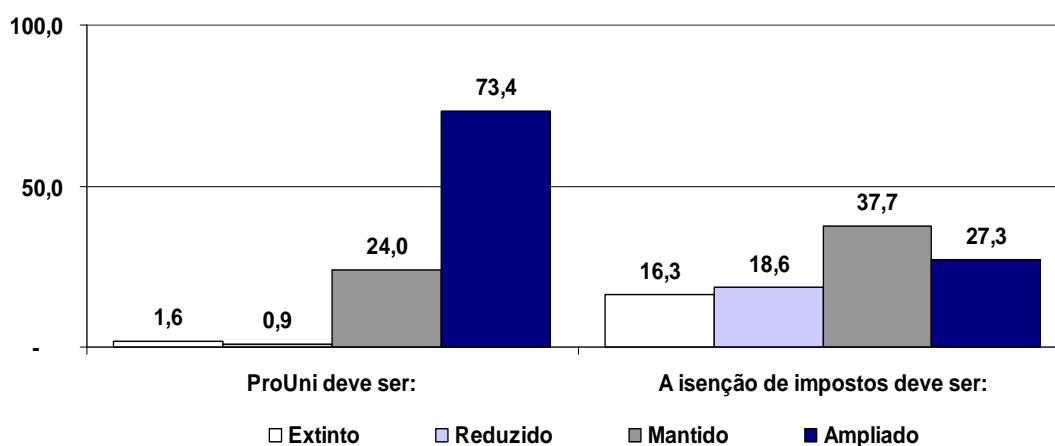
Os critérios utilizados para seleção de candidatos foram considerados regulares por 40% do total de respondentes que conhecem o programa, o que configurou maior frequência de resposta. Em seguida, aparecem aqueles que os avaliaram como bons (32,7%), enquanto 27,3% afirmaram que os critérios são ruins.

Apesar de os respondentes terem conhecimento do ProUni, 21% daqueles com 55 anos ou mais não souberam opinar sobre os critérios utilizados pelo programa, enquanto o índice de abstenção entre os jovens de 18 a 24 anos foi de apenas 6%. A abstenção entre os menos escolarizados também se mostrou elevada (18%), assim como entre os grupos de menor e maior renda, respectivamente, 16% e 15%.

Sobre a isenção de impostos recebida pelas instituições privadas de ensino superior, 37,7% declararam que ela deveria ser mantida em sua forma atual (gráfico 15). A alternativa de ampliação foi escolhida por 27,3%, enquanto os demais se dividiram entre a extinção (16,3%) e a redução (18,6%) da isenção. Mais de 70% dos

entrevistados, portanto, entendem que não poderia haver ampliação de isenções de impostos para instituições privadas de ensino superior.

Gráfico 15: Proporção (%) da opinião dos entrevistados quanto à continuidade do ProUni e à isenção de impostos. Brasil, 2010



Fonte: Sips/Ipea

Existem diferenças significativas de opinião sobre a isenção de impostos, de acordo com a renda dos entrevistados. Entre os da faixa de menor renda, 29% defenderam a ampliação, ao passo que, entre os de maior renda, apenas 11% compartilharam deste entendimento. O segundo segmento também foi o que apresentou maior proporção de respondentes que defenderam a manutenção da isenção (44%), ou a sua extinção (25%).

Finalmente, perguntou-se sobre qual encaminhamento deveria ser dado ao ProUni (gráfico 15). Para a maioria, o Programa deveria ser mantido (24,0%) ou ampliado (73,4%).

Considerações finais

A percepção da população sobre a educação é mediada por inúmeros fatores, entre eles, a própria experiência e histórico educacional; as expectativas criadas em relação à educação dos filhos e ao acompanhamento da vida escolar de crianças e jovens; a visão sobre como deveria ser o ensino nas escolas; a formação de uma opinião geral a partir daquilo que é divulgado nos meios de comunicação, entre outros. Assim, a opinião da população sobre as políticas de educação agrega questões relacionadas à

experiência pessoal, às expectativas de atendimento e às informações recebidas por diferentes meios.

Dessa forma, a percepção geral de que a educação no Brasil melhorou, observada do ponto de vista de quem é beneficiário ou potencial beneficiário das políticas públicas de educação, é construída tanto pela experiência no uso ou contato com os diferentes sistemas educacionais, quanto por meio das informações recebidas pela comunidade e meios de comunicação. A própria divulgação de avanços positivos nos índices que medem a qualidade do ensino, aqui citados o IDEB e o Pisa, faz parte da formação dessa percepção na população. Olhando esses indicadores, por exemplo, vemos que os avanços percebidos pela população se situam na percepção de melhoras num sistema educacional que está num patamar ainda baixo em termos de qualidade, quando posto em comparação com pesquisas de amplitude internacional.

Uma informação importante, partindo da percepção da população de que a educação melhorou mais nos estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste que nos do Sul e do Sudeste, é que pode estar havendo uma estagnação ou diminuição do ritmo de avanço da qualidade da educação em regiões brasileiras onde os índices são melhores, mas ainda inferiores aos patamares internacionais de qualidade.

Outra constatação é o baixo índice de conhecimento da população sobre os temas avaliados, especialmente o Programa do Livro Didático e os Conselhos Escolares. Os maiores índices de desconhecimento se relacionam com o nível de escolaridade dos entrevistados. Outras variáveis, tais como idade e renda, também se mostraram significativas para a explicação desses elevados índices de desconhecimento, bem como a diferença entre homens e mulheres. Em média, o nível de conhecimento das mulheres sobre os temas avaliados foi aproximadamente 10 pontos percentuais maior que o verificado entre os homens. Essa diferença de gênero no nível de conhecimento sobre temas educacionais pode ser explicada, de acordo com a literatura especializada, pelo fato de as mães estarem mais atentas à vida escolar dos filhos. Nesse sentido, urge a demanda por políticas públicas que incentivem maior engajamento dos homens na vida escolar de seus filhos, dado que a percepção dos jovens acerca dos estudos é fortemente influenciada pelo *habitus* cultural de seus familiares.

De todo modo, o baixo conhecimento da população em relação a um programa de envergadura, como o do Livro Didático, que já está universalizado, pode indicar a persistência de um alheamento das famílias em relação à vida escolar de seus filhos. No caso dos Conselhos Escolares, que são instâncias representativas, resta claro que as

políticas públicas de educação devem incentivar o envolvimento familiar, por meio destes organismos, até como forma de retroalimentação para a melhoria dos demais programas governamentais na escola.

Ademais, é preciso refletir até que ponto a percepção acerca dos programas escolares pode contribuir para a construção de comunidades envolvidas com o processo de escolarização das crianças, especialmente as mais pobres, já que ações como a distribuição gratuita de livros didáticos e o fornecimento de uma merenda escolar suficiente e de qualidade constituem-se em importantes elementos para a manutenção dessas crianças no ambiente escolar e para o avanço da qualidade do ensino público no País. Tal consideração se fundamenta na visão de que comunidades empoderadas poderão ajudar a elevar a níveis superiores a qualidade da educação no Brasil, dada a histórica experiência dialógica de crescimento da qualidade do ensino nos países que se situam nas melhores posições do *ranking* do Pisa.

Metodologia

A técnica amostral utilizada para a confecção da pesquisa pode ser denominada como “amostragem por cotas”, visando assim, à representatividade e operacionalidade.

Margem de erro

Foram entrevistadas 2.770 pessoas nas cinco regiões do País. A técnica de amostragem por cotas consistiu em dimensionar o tamanho da amostra, de modo a garantir a margem de erro geral (nível nacional) de 1,86%, considerando um nível de confiança de 95%, com $p = 0,5$, dado a heterogeneidade das regiões brasileiras. A margem de erro máxima por região é 5% e $p = 0,7$, mantendo-se o mesmo nível de confiança. A fim de isolar o erro amostral proveniente das variáveis que acredita-se terem grande variabilidade, as seguintes variáveis foram controladas: idade, sexo, escolaridade, renda, UF, região metropolitana (RM) e não-RM e porte do município. O controle foi realizado através das cotas, de forma que se manteve a composição da população na distribuição percentual daquelas variáveis. Mantendo-se essa composição, a variabilidade da amostra nesses quesitos é igual à da população. Esse controle possibilita maximizar as estimativas e se obter uma margem de erro de 5%, com nível de confiança de 95%, para os níveis do Brasil e das grandes regiões.

Acesso ao entrevistado

As entrevistas são realizadas com pessoas físicas nas residências, de modo a obter as informações diretamente das famílias, segundo seu local de moradia.

Distribuição e dimensionamento da amostra

Inicialmente, foi calculado o número de entrevistas necessário de forma a garantir um nível mínimo de confiança de 5% para cada região do território nacional, mantendo-se também a proporcionalidade existente. Em seguida, a amostra de cada região foi dividida proporcionalmente entre os respectivos estados. Por sua vez, as amostra estaduais foram dicotomizadas entre metropolitana e não metropolitana. A partir daí, os municípios que compõem a amostra final foram selecionados, contemplando-se municípios autorrepresentativos, médios e pequenos. Na seleção, procurou-se representar cada estado espacialmente, ao mesmo tempo em que se buscou garantir operacionalidade das rotas.



**Ipea - Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**